

O JOGO DE INDETIDADES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO NO MEIO RURAL: Notas Preliminares

THE GAME OF INDETIFIES IN THE PUBLIC POLITICS FOR THE TOURISM IN THE COUNTRYSIDE: Preliminary Notes

Fabiane Nagabe¹

Juliana Carolina Teixeira²

RESUMO

O turismo enquanto pluriatividade no espaço rural para muitos teóricos é visto como uma forma de garantir a fixação do agricultor familiar no campo, impedindo que o mesmo desapareça, frente à crescente urbanização do Brasil. Outro grupo de pesquisadores acredita que o Brasil não é tão urbano quanto se descreve, e que ao contrário do que se acredita, a agricultura de base familiar se fortalece em um movimento contrário ao capitalismo. Diante deste contexto, políticas públicas são amplamente disseminadas na busca por auxiliar o fortalecimento da agricultura com base familiar, o que instiga a investigar nosso objeto de pesquisa: o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Porém com a existência de inúmeros grupos identitários no campo, e com as inúmeras alterações sofridas pelo PRONAF desde a sua criação, fica o questionamento: Se essas políticas estão de fato beneficiando o agricultor familiar? Ou atingem outros grupos identitários no campo? Resultados parciais apontam que, as políticas públicas são medidas paliativas, que não alcançam os grupos que de fato necessitam de auxílio. Para isso estamos utilizando a análise documental, a pesquisa bibliográfica e, em um segundo momento serão realizadas entrevistas com os envolvidos.

Palavras-chave: Identidade. Turismo. PRONAF

ABSTRACT

The diversity of the tourism in the rural space means for many theoreticians as the activity that can guarantee the setting of the familiar agriculturist in the countryside,

¹ Mestranda em História pela Universidade Estadual de Maringá, Esp. Em Planejamento Turístico em áreas urbanas e rurais, bolsista da Fundação Araucária, e docente do corpo efetivo do curso de Turismo e Meio Ambiente da FECILCAM. Email: fabianenagabetur@hotmail.com.

² Acadêmica da FECILCAM - Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, graduando o 4º ano do curso de Turismo e Meio Ambiente. Aluna de Iniciação Científica pelo Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar da FECILCAM e, bolsista da Fundação Araucária. Email: julianatma@gmail.com.

hindering that he disappears, front to the increasing urbanization of Brazil. Divergent to this question, another group of theoreticians believes that Brazil is not so urban how much it seems, and that to the opposite of what if believes the familiar agriculture becomes fortify in a contrary movement to the capitalism. Thus public politics widely are spread in search of assisting the strenghtening of familiar agriculture. In this context the object of our study, is the Program of Strenghtening of Agriculture Familiar. However with the existence of innumerable groups in the countryside, and with the innumerable modifications carried out by the PRONAF since its creation, it is the question, if these politics are in fact benefiting the familiar agriculturist, or reach which group in the countryside. Partial results point that the public politics are action palliative, that do not reach the groups that in fact need assistance. For this we are using the documentary analysis, bibliographical research and, in another moment will be carried through interviews with the involved ones.

Key-Words: Identity. Tourism. PRONAF

INTRODUÇÃO

Discussões referentes ao grau de urbanização do Brasil e suas conseqüências, como por exemplo, o desaparecimento ou não da produção agrícola de base familiar, nos fizeram questionar os resultados das políticas públicas de estímulo às atividades não-agrícolas no campo. É nesse contexto que o objetivo de nosso estudo é compreender, qual grupo identitário o PRONAF auxilia, com vistas a captar a relação destes grupos identitários com o turismo no espaço rural. Assim, essa investigação tem como base a pesquisa bibliográfica, a análise de documentos e em um segundo momento entrevistas, reunindo assim dados que comprovem ou refutem a nossa hipótese.

A principal fonte dessa análise é o documento que materializa o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, objeto do nosso estudo. Para auxiliar os produtores rurais de base familiar no campo, esse programa é mais uma política pública que busca a re-equilibragem social, de obrigação do Estado. Para fazer a análise desse documento, e dos demais documentos relacionados a ele, a metodologia da Análise do Discurso é ferramenta fundamental para a pesquisa, analisando assim as ideologias contidas nessas políticas.

As discussões realizadas aqui são fruto de reflexões próprias feitas a partir de obras que abordam o mesmo tema ou ligados a ele, através do qual pudemos obter dados gerais sobre o perfil dos agricultores familiares. Com esses dados bibliográficos demonstraremos a difícil tarefa da recriação das relações sociais do agricultor de base familiar, os impasses para a implementação do turismo como fator auxiliador para sua fixação no campo e, as políticas públicas como auxiliadoras, ou não, desse processo.

A pesquisa documental é ferramenta de trabalho, já que nos propusemos a estudar o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Assim essa investigação utilizou-se também da pesquisa documental em arquivos públicos, e por fim utilizamos ainda fontes atuais encontradas em programas de rádio, artigos de jornais e revistas, além das informações de sites, principalmente da página do governo federal. Todas essas fontes, assim como as bibliográficas foram minimamente selecionadas para evitar a utilização de fontes não confiáveis. E, no segundo momento dessa pesquisa, ainda não posta aqui, serão realizadas entrevistas com os envolvidos no PRONAF e com as atividades de Turismo no espaço rural, a fim de buscar resultados concretos do que já foi pesquisado através das fontes teóricas.

1. O contexto rural no Brasil e suas múltiplas identidades

Discussões entre correntes teóricas sobre a nova configuração do meio rural brasileiro nos fazem refletir sobre o posicionamento do homem do campo na atualidade. Dentre essas correntes teóricas está a definição de um Brasil de desenvolvimento rural, segundo as propostas de José Eli da Veiga (2002), e um Brasil de desenvolvimento urbano segundo as propostas de José Graziano da Silva (1998).

Nesse sentido, teóricos como Graziano (1998), acreditam que em virtude dessa urbanização crescente no Brasil, a agricultura de base familiar caminha em direção ao desaparecimento, e as atividades não agrícolas despontam como mecanismos para auxiliar a fixação deste homem no campo.

Importante esclarecer que, conforme informações do Governo do Paraná caracterizam-se como atividades não agrícolas:

Entende-se por serviços, atividades ou renda não agropecuários aqueles relacionados com o turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e com a prestação de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar. (GOVERNO DO PARANÁ, 2008)

O turismo em espaços rurais enquadra-se então, como atividade pluriativa no campo, uma vez que no processo de industrialização da agricultura, em um Brasil de desenvolvimento urbano, menos rural do que se imagina, segundo as propostas de Graziano (1998), não há mais espaço para a agricultura de base familiar. Não podemos deixar de salientar que o turismo enquanto atividade econômica submetida à lógica da produção e reprodução do capital se coloca como mais um reflexo do avanço capitalista, transformador do campo em espaço para realização de lazer e negócios, capitalizando assim até suas expressões culturais. Segundo Luzia Neide M. T. Coriolano:

Muitos territórios passam a ser dominados pelo turismo por oferecer atrativos para a demanda e aos gestores e operadores turísticos oportunidade para alocarem seus investimentos e retirarem mais-valia dos espaços, do trabalho humano. Os territórios são meios e produtos das relações de força e de poder produzidas para e pelo turismo, que se estabelecem de forma contraditória e articulada entre o lugar, a nação e o mundo. (CORIOLANO, 2006, p.370).

O turismo é uma atividade econômica que demanda investimento de capital. Ana Fani Carlos Alessandri considera que o turismo submete o espaço a uma lógica de consumo, através da reprodução ampliada do capital:

[...] Nesse processo o espaço tem papel fundamental na medida em que cada vez mais entra na troca, como mercadoria. Isso significa que áreas inteiras do planeta, antes desocupadas, são divididas entrando no processo de comercialização. Cada vez mais o espaço é produzido por novos setores de atividades econômicas como a do turismo, e desse modo praias, montanhas e campos entram no circuito de troca, apropriadas, privativamente, como áreas de lazer para quem pode fazer uso delas. (ALESSANDRI, 1999, p. 25).

Nesse sentido, a atividade turística demanda a apropriação de critérios de consumo específicos para que ela se realize, delegando ao espaço funções

específicas e rígidas. Encontramos, portanto, um impasse para que essa atividade se realize a partir da agricultura com base familiar.

O estado procura, através de políticas públicas, resolver esses impasses criando políticas como o PRONAF. O que se coloca em questão aqui é a quem essas políticas de fato atingem, afinal, podemos encontrar nas áreas rurais inúmeros grupos identitários, e a falta de precisão conceitual, nos deixa dúvidas sobre qual desses grupos o PRONAF atenderia para incentivar tal pluriatividade no campo: se camponeses e/ou agricultores familiares, ou agricultores detentores de grandes capitais, ou ainda, empresários da cidade com seus empreendimentos localizados no campo.

Em virtude da existência de vários grupos identitários no campo, pode se instalar ali um jogo de identidades, um beneficiamento de grupos identitários correspondendo o interesse, muitas vezes, de grupos minoritários. Carlos nos atenta para essa discussão:

Por sua vez o Estado tem um papel fundamental no espaço tanto na cidade como do campo pelo direcionamento das políticas públicas que estimulam os setores competitivos da economia a partir dos centros urbanos interferindo objetivamente, na reprodução espacial, seja financiando a agricultura capitalista e deixando de lado as pequenas unidades camponesas que produzem a alimentação básica dos trabalhadores, seja direcionando a localização industrial, ou ainda investindo em infra-estrutura capaz de permitir o crescimento do setor de serviços. (CARLOS, 2007, p.02).

Entramos então em uma discussão da dicotomia entre campo e cidade. Lembramos que Ariovaldo Umbelino de Oliveira deixa explícito que cidade e campo não podem ser separados:

As greves no campo e nas cidades mostram que cidade e campo não podem ser separados: estamos diante de greves de trabalhadores do campo que são feitas nas cidades. Movimentos de trabalhadores rurais sem-terra caminham pelas estradas, acampam e lutam no campo, e na cidade marcham pela reforma agrária. A luta pela terra no campo só poderá ser feita na cidade. (OLIVEIRA, 2001, p. 07)

As tomadas de decisões nas cidades, com relação aos problemas do campo deixam falhas nas resoluções desses problemas, como apontou Carlos (2007), em que as pequenas unidades camponesas que produzem produtos primários são deixadas de lado. Assim, é possível questionar as políticas

públicas, geradas na cidade para o campo, que privilegiam orientações de mercado em detrimento das relações sociais do campo.

Ainda sobre as políticas públicas Marcos Aurelio Saquet descortina algumas questões:

De maneira sutil ou mais intensa, o capital expande-se, reproduz-se, concentrando-se nas mãos (e nas contas bancárias... aplicações... investimentos...) de uma minoria que conseguiu, e consegue, as condições necessárias para tal. Nem todos conseguem acumular capital na mesma quantidade. Muitos nem conseguem acumular capital! Por isso, muitas famílias não têm casa, carro, um terreno urbano ou rural, máquinas para trabalhar na lavoura; muitas não têm assistência médica e odontológica. (SAQUET, 2006, p.12).

A argumentação posta por Saquet (2006) esclarece-nos a existência de distintos grupos identitários no campo: aqueles que possuem maiores condições de reprodução de suas relações sociais, e ainda aqueles que vivem a margem de condições mínimas de sobrevivência. Saquet ainda completa:

Nesse sentido, há uma característica que é de fundamental importância, pois marca profundamente a vida cotidiana de muitas famílias agricultoras, provocando a pobreza de muitos e a riqueza de poucos, que é a subordinação e a exploração que também acontecem clara e disfarçadamente. A primeira, ocorre em atividades produtivas agropecuárias ou industriais que têm trabalho assalariado e a segunda, nas que tem trabalho familiar. (SAQUET, 2006, p.12).

Frente a essas questões, nos propomos a analisar o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, desde sua criação (Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996) até as mudanças propostas para o dia 1º de julho do corrente ano de 2008, lembrando que o PRONAF, destina recursos para atividades não agrícolas, o que inclui o turismo. Realizaremos com base nas discussões conceituais a respeito da agricultura familiar um estudo detalhado das exigências feitas pelo programa e, se de fato a agricultura com base familiar corresponde a essas exigências, e se auxilia a implementação do turismo no campo.

Claramente se compreende que o PRONAF delimita seu grupo identitário a ser beneficiado: os agricultores familiares. Mas a questão aqui gira em torno da reflexão, sobre os jogos identitários que possam vir a beneficiar outros grupos. Stuart Hall definiu como postos em jogos de identidades:

Nenhuma identidade singular – por exemplo, de classe social – podia alinhar todas as diferentes identidades com uma “identidade mestra” única, abrangente, na qual se pudesse, de forma segura, basear uma política. As pessoas não identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe; a classe não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades das pessoas possam ser reconciliadas e representadas. (HALL, 2003, p. 20).

Stuart Hall (2003) demonstra esse tipo de situação com muita propriedade, ao apresentar o conceito de identidade do “sujeito pós-moderno”, afirmando que a identidade está se fragmentando e o indivíduo não possui uma identidade, mas múltiplas identidades, segundo Hall (2003, p.12) “Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente.”

O “jogo de identidades”, nesse sentido ocorre em detrimento dos interesses políticos de oligarquias dominantes no país, fazendo com que os benefícios de políticas públicas recaiam sobre os grupos identitários de seu interesse. José de Souza Martins (1994, p. 13) diz que “A sociedade civil não é senão esboço num sistema político em que, de muitos modos, a sociedade está dominada pelo Estado e foi transformada em instrumento do Estado” e acrescenta que o clientelismo político resiste.

Afim de entendermos a abrangência do PRONAF buscamos aqui esclarecer quem é o agricultor familiar e sua diferença do camponês. Para Ricardo Abramovay (1992) o agricultor familiar surge da tecnificação e capitalização do camponês. Para Abramovay (1999, p. 22) a agricultura familiar é “altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais”.

A dicotomização entre camponês e agricultor familiar é clara, tratando-se de grupos identitários distintos. De um lado o agricultor familiar detentor de maior tecnologia e produção em escala industrial e, de outro lado o camponês, trabalhando pela sua sobrevivência e pela reprodução de suas relações sociais, como José de Souza Martins descreve:

[...] Aqui, ao contrário, o campesinato é uma classe, não um estamento. É um campesinato que quer entrar na terra, que ao ser

expulso, com freqüência retorna à terra, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. (MARTINS, 1981 apud OLIVEIRA, 2001, p.47).

Para Eliane Tomiase Paulino (2006) o camponês, como qualquer outra classe social sofre transformações, e sua busca por melhores condições de trabalho não devem subtraí-los enquanto classe social, no que se refere à teoria da transformação do camponês em agricultor familiar.

Cabe aqui lembrar que as identidades mudam conforme Hall aponta:

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença. (HALL, 2003, p.23).

As identidades na pós-modernidade frente à globalização se articulam, “sendo reforçadas pela resistência à globalização”. (HALL, 2003, p.69). Porém, embora haja essa luta pela recriação de suas relações sociais e pelo seu reconhecimento a agricultura com base familiar esta sujeita aos desdobramentos do capitalismo.

2. Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF é um programa do governo federal, que busca auxiliar a agricultura de base familiar e os empreendimentos relacionados a ela. Dele se desmembram vários outros programas, na busca por alcançar os diversos grupos identitários no campo.

Neste programa, as famílias são enquadradas, segundo o PRONAF, em linha de créditos divididas nos Grupos A, A/C, B, C, D e E, cada qual financia um valor determinado, com taxas de juros específicas. Lembramos que o PRONAF possui outros programas como o PRONAF mulher, PRONAF jovem e etc, e esses também são beneficiados de forma diferenciada. Dentre esses programas, apontamos o PRONAF Turismo Rural, que se enquadra como mais um desdobramento dessa política.

Segundo informações do Ministério de Desenvolvimento Agrário (2007):

Em termos quantitativos, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf - cresceu para a disponibilização em crédito, de R\$ 2,2 bilhões para R\$ 12 bilhões na safra 2007/08; de 950 mil contratos para 2 milhões no mesmo período. (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2007).

O PRONAF foi criado pelo Decreto Presidencial nº 1.946 de 28 de junho de 1996 e, conforme o capítulo dez do Manual de Crédito Rural (2007) esse programa “destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família”. Este programa possui como objetivo, apoiar o desenvolvimento agrícola de base familiar, buscando fortalecer esse grupo. Conforme o mesmo Decreto nº 1.946, de 1996:

Pode receber crédito do PRONAF o agricultor que: (i) explorar parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, ou parceiro; (ii) trabalhar com a família, contratando, no máximo, dois empregados permanentes e/ou trabalho temporário em caráter sazonal; (iii) possuir área correspondente a, no máximo, quatro módulos fiscais; (iv) residir no imóvel explorado ou em área próxima; e (v) retirar da exploração agropecuária ao menos 80% de sua renda familiar. (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2008)

Ainda o Manual de Crédito Rural (2007) descreve que se enquadram como beneficiários os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os extrativistas, os silvicultores, os aqüicultores e comunidades quilombolas ou povos indígenas que atendam aos requisitos do Programa.

Os resultados desta investigação são fruto de observação a partir da realidade da região noroeste do estado do Paraná, assim, levando em conta que a realidade brasileira não é homogênea e o resto do país não pode ser comparado à região sul, devemos considerar que é nesta região que temos o maior número de auxílio de programas como o PRONAF.

Para delimitar o grupo atingido por seus recursos, o PRONAF estabeleceu uma série de requisitos que devem ser preenchidos pelos beneficiários do programa. O candidato que pleiteia recursos deste programa deve ter posse da Declaração de Aptidão ao PRONAF(DAP). Ainda, além do

DAP, algumas agências bancárias exigem também documentos pessoais e do imóvel do produtor rural, que deve estar com seus impostos e as demais regulamentações em dia.

Observamos em nossas investigações que inúmeras famílias agricultoras não têm posse da terra, documentos do imóvel e impostos regularizados. Assim uma análise mais detalhada vem demonstrando que muitas famílias, e inúmeros trabalhadores rurais são excluídos, em meio a tanta burocracia, por não preencherem os requisitos necessários. O excesso de exigências feitas pelo programa impossibilita a utilização dos mesmos por aqueles que realmente necessitam usufruir dos benefícios dessa política.

3. O acesso a terra no Brasil: Antecipando algumas notas finais.

O problema da posse de Terra no Brasil, como afirma Martins (1994), é um problema decorrente desde a época da colonização. No Paraná esses problemas:

atingiam mais do que a mera propriedade econômica da terra. Eles atingiam os mecanismos de reprodução do poder oligárquico: a grilagem de terras. [...] Tornou-se efetivamente uma questão política moderna no caso do sudoeste do Paraná nos anos cinquenta, quando terras federais começaram ser vendidas pelo governo do estado, provocando a duplicação de titulares. [...] [se tratava de] envolver um grande número de pequenos agricultores numa fraude, pois eles não eram posseiros e sim compradores de pequenos lotes de terra (MARTINS, 1994, p.64 *et seq*)

O maior impasse para a melhora da agricultura de base familiar é sem dúvida alguma o acesso a terra. Essa problemática não se soluciona com medidas paliativas. A luta pela reforma agrária é prova das problemáticas que envolvem a dificuldade de acesso a terra.

Inúmeros grupos identitários são excluídos da possibilidade de ter a propriedade da terra, como nos fala Elpídio Serra (1999) essa questão se caracteriza pelos incluídos e os excluídos. Leonilde Servolo de Medeiros reconstituindo a trajetória da reforma agrária no Brasil fala da junção de mais grupos a essa luta:

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, surgiram novas personagens na luta fundiária, fruto da conjunção dos resultados do

processo de modernização, da ruptura das relações sociais e de novos valores que passam a ser disseminados, em especial pela Igreja. (MEDEIROS, 2003, p. 29).

Observamos a existência de múltiplos grupos identitários excluídos, como os pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, seringueiros, pequenos produtores dentre outros, que conforme Medeiros (2003) vieram unir-se a grupos identitários como, por exemplo, a dos “sem-terra”.

Compreendemos que a questão da reforma agrária é complexa e não cabe aqui, analisar o tema de forma profunda, porém, para que se compreendam os equívocos cometidos pelo Estado, em suas ações políticas para o campo é inevitável não apontarmos para as questões agrárias para que possam ser minimamente compreendidas. José de Souza Martins afirma que:

[...] falar em reforma agrária e agricultura familiar no Brasil, e das políticas estruturais com elas relacionadas, depende de uma compreensão do quadro histórico em que esses temas se propõem e da compreensão do modo como se propõem enquanto desafios de políticas sociais mais do que simplesmente de políticas econômicas. (MARTINS, 2001, p. 03)

No Brasil a reforma agrária não tem se realizado, atendendo os interesses maiores de classes dominantes, pois apesar de ser função do Estado, manter o equilíbrio da sociedade, este mesmo Estado tem seu controle posto nas mãos das oligarquias com seus interesses e ideologias próprias. Reproduzindo medidas paliativas para amenizar as situações.

Martins (1994, p. 13) afirma que “No Brasil, o atraso é um instrumento de poder“. E verifica que as políticas do Estado, por ora se revelam alheias a verdadeira realidade, o que nos faz questionar sobre a existência de programas que estimulam o produtor rural no campo, sem que ao menos a maioria deles possua terra para trabalhar.

Saquet (2006) afirma que, a dinâmica territorial constituída pela dominação social impõe limites à atuação de projetos que beneficiem os agropecuários familiares. Dentre esses limites, Saquet (2006, p.16) afirma que está a “falta ou deficiência de políticas públicas específicas para a agricultura familiar (incentivos, subsídios...), e, as fortes tramas de dominação política”.

Sobre a deficiência de políticas públicas, em um estudo realizado sobre o PRONAF, por Ariovaldo Umbelino Oliveira e José Eli da Veiga, aponta irregularidades no grau de investimento do programa voltado para a agricultura familiar:

Na *homepage* em que se encontram hoje as informações sobre o PRONAF (<http://www.pnfc.org/>), registra-se um valor correspondente à metade do que foi de fato concedido como crédito de investimento. Mesmo a análise dessas informações fica muito comprometida, pois 20% do total correspondem a *outras aplicações*. (OLIVEIRA E VEIGA, 1999, p. 46)

Não muito diferente dessa realidade, atualmente o governo continua a injetar capital na agricultura familiar em uma tentativa crescente de estimular esse setor. Porém essa iniciativa se torna vazia, quando a maioria dos grupos identitários no campo não tem sequer acesso a terra.

Desde a criação do programa até o presente ano, foram gastos milhões em investimentos, o que não diminuiu a intensidade das disputas pelos territórios agrícolas. Podemos ilustrar essa situação de forma mais prática com dados do próprio Ministério de Desenvolvimento Agrário que se propôs a investir 12 bilhões na agricultura familiar em 2007/2008:

Ampliação dos limites de financiamento: Grupo A/C – de R\$ 3.000,00 para R\$ 3.500,00. Grupo C – de R\$ 4.000,00 para R\$ 5.000,00. Grupo D – de R\$ 8.000,00 para R\$ 10.000,00. No Grupo E, o teto permanece em R\$ 28.000,00. Aumento dos limites de renda: Grupo B – de até R\$ 3.000,00 para até R\$ 4.000,00. Grupo C – de R\$ 16.000,00 para R\$ 18.000,00. Grupo D – de R\$ 45.000,00 para R\$ 50.000,00. Grupo E – de R\$ 80.000,00 para R\$ 110.000,00 (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2005)

Além do problema de acesso a terra no Brasil, observamos ainda em nossas investigações a inadimplência dos beneficiados pelo PRONAF, e as dívidas acumuladas pelos agricultores com os bancos financiadores. Ao mesmo tempo em que as famílias recebem auxílio, elas não possuem condições, em muitos casos, de cumprir com os empréstimos feitos com os órgãos financiadores.

Destacamos a pesquisa de Oliveira e Veiga (1999), que faz um diagnóstico da realidade do programa há dez anos. Suas pesquisas apontam

para o aumento das disputas entre inúmeros grupos para entrarem na lista dos beneficiários do programa, em consequência dos valores convidativos de 1 a 1,6 bilhões de reais investidos.

Nos parece que, os grandes investimentos em programas como o PRONAF, é uma tentativa de desviar a atenção da questão central do problema. Compreendemos que se de fato a grande maioria dos agricultores com base familiar, que possuem dificuldades e necessitam de auxílio do governo, estivessem sendo beneficiados, com ações mais amplas do que somente empréstimos, não haveria um grande número de inadimplentes. Oliveira e Veiga (1999, p. 27) já demonstravam em sua pesquisa que “contra a vontade do movimento sindical de trabalhadores rurais, o programa passou a admitir agricultores familiares que empregassem até dois assalariados permanentes”.

Esse fato deixa explícita a questão dos jogos de identidades no campo, afinal essa discussão gira em torno dos problemas conceituais sobre a quem o programa se refere ao falar de agricultor familiar. Os pesquisadores Oliveira e Veiga apontam de forma categórica considerações a essa questão:

Mesmo levando-se em consideração que uma parte muito importante dos 4,8 milhões de estabelecimentos detectados pelo Censo de 1996 não poderia rigorosamente ser chamada de *agropecuários* — uma vez que não são unidades das quais os moradores retiram as fontes essenciais de sua sobrevivência e reprodução —, é nítido o contraste entre o público realmente atingido pelo PRONAF-C e os potenciais tomadores de empréstimos bancários. (OLIVEIRA E VEIGA, 1999, p. 30)

Esse jogo com as identidades no campo, facilita os interesses de grupos identitários localizados na cidade. Verificamos que o PRONAF, por inúmeras vezes sofreu alteração para atingir seu público alvo de maneira satisfatória, o que nos faz questionar as falhas de sua formulação, reforçando a idéia de que sua criação pode não ter sido essencialmente pensada para o agricultor familiar.

Segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira e José Eli da Veiga,

[...] A implementação do PRONAF-C choca-se com uma contradição básica: por um lado, tem um público-alvo cuja definição não é feita por regras de mercado e, sim, pelo conjunto das organizações e instituições que dão vida ao programa; por outro, porém, não é um programa de assistência social, e as verbas creditícias que mobiliza devem ser resgatadas seguindo as normas habituais de qualquer financiamento bancário. O sistema bancário – como qualquer empresa mercantil – tem *clientes* com os quais estabelece relações de interesse; com o PRONAF, passa a ter um *público*. É claro que haverá sempre tensão entre a tentativa social de ampliar o público atingido pelo programa e o esforço permanente dos bancos em contemplar prioritariamente aqueles que melhor puderem tratar como clientes. (OLIVEIRA E VEIGA, 1999, p.42)

O próprio programa admite falhas, segundo informações do Governo do Paraná até 2004/2005 ainda existia um grupo que não estava sendo beneficiado pelo PRONAF “Marginalizados ou ‘excluídos:’ (sem PRONAF): Sem terras, minifundistas, aposentados”. Jean-Jacques Courtine (2006, p. 68) exemplifica: “Conseqüentemente, todo discurso político deve ser pensado como uma unidade dividida, dentro de uma heterogeneidade em relação a si mesmo, que a análise do discurso político pode ser capaz de traçar”.

Consideramos por fim que este trabalho apresenta somente resultados parciais da investigação proposta. Estamos construindo uma discussão mais sólida, aberta a utilização de um referencial teórico mais denso e questionamentos renovados às fontes, que se concretizará em uma pesquisa mais densa contendo os resultados providos das entrevistas dos envolvidos nesse processo, para que se confirme de forma mais concreta o que foi discutido teoricamente. Essa pesquisa, portanto, não se conclui aqui, sendo reservado a ela, um longo caminho a ser percorrido.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Unicamp: Hucitec, 1992.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Crédito Rural. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF)**. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/denormcr/DOWNLOAD/mcr10-01.doc>>. Acesso em mar. 2008.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. **Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF, e da outras providências.** Brasília, DF. 1996. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/DEC%201.946%20PRONAF.doc>> . Acesso em mar. 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Balanço Crítico e Estratégico.** Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=274>>. Acesso mar. 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra 2007/2008 investirá 12 bilhões na agricultura familiar.** Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?ctuid=7987&sccid=668&imprimir=t>>. Acesso em mar. 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A questão da cidade e do campo: teorias e política.** Disponível em: <http://www.prudente.unesp.br/>. Acesso em abr. de 2007.

_____. O turismo e a produção do não-lugar. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; YÁSIGI, Eduardo; CRUZ, Rita de Cássia Ariza (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura.** 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, Amalia I. G. de.; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria L (Orgs). **América Latina: cidade, campo e turismo.** São Paulo: Clacso, 2003.

COURTINE. Jean-Jacques. **Metamorfoses do Discurso Político. Derivas da fala pública.** São Carlos: Claraluz, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil.** Disponível em: <<http://www.fao.org/regional/LAmerica/prior/desrural/brasil/souza.PDF>>. Acesso em jul. de 2007.

MARTINS, JOSÉ DE SOUZA. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta.** São Paulo: Hucitec, 1994.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil. História e atualidade da luta pela terra.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura Camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001.

_____. VEIGA, José Eli da. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: O caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília, 1999.

PARANÁ, Governo do Estado. **Agricultura familiar: heterogeneidade e diversidade**. Disponível em: <<http://www3.pr.gov.br/leite/pdf/pronaf.pdf>> . Acesso em abr de 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.

SERRA, Elpídio. A reforma agrária no Brasil e suas implicações sócio-econômicas. **Boletim de Geografia**, Maringá-PR, v. 17, n. 1, p. 147-152, 1999.

SAQUET, Marcos Aurelio. Campo-Território: considerações teórico-metodológicas. **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n.1, p. 60-81, 2006.

SILVA, José Graziano; GROSSI, Mauro Eduardo Del. O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98. **Revista Nova Economia**, vol 7, n.1, p. 43-81, maio de 1998. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br.>>. Acesso em abr 2007.

VEIGA, José Eli. **Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.